

## Nobres senhores constituintes:

MAURO CHAVES

Só mesmo a insensibilidade de alguns cuja voracidade fisiológica é tamanha, a ponto de lhes tolher de vez a percepção do mundo circundante, atribuiria pouca importância à decisão crucial que haverá de tomar vs. ex's, a respeito do mandato do atual presidente da República, nas Disposições Transitórias do texto constitucional. Claro está que não se trata da "simples" questão de um ano a mais ou a menos de um governo, o que até poderia não significar muito tempo considerando-se os 488 anos de existência deste País ou os quase 100 anos desta República. A questão é de outra ordem: o Brasil está se decompondo, apodrecendo moralmente, em ritmo exponencial. Junto com a perda total de credibilidade do governo que aí está vai desmoronando, por um processo de associação, de identificação intuitiva, sensorial — e talvez até por ignorância ou incapacidade de fazer distinções — a confiança popular do próprio Estado, em seus Poderes e instituições. Essa perda de confiança por sua vez leva à quebra, à falência dos valores sociais — construídos durante séculos — e, o que é pior, à descrença profunda nas potencialidades intrínsecas da Sociedade brasileira.

Nobres senhores constituintes, antes da opção por quatro ou cinco anos de mandato para José Sarney sugerimos que tenham uma conversa com seus filhos ou netos, sobrinhos, jovens parentes e amigos destes. Que atentem para a opinião da juventude — isto é, daquela parte da juventude ainda não bestificada, não dementada, que consegue ter opiniões — sobre os Poderes de Estado, as instituições nacionais, as classes política e governamental. Com toda a certeza perceberão vs. ex's que os setores mais lúcidos da juventude brasileira de hoje sentem em relação a tudo isso que aí está apenas uma coisa: profundo nojo. De fato, política em nosso País virou sinônimo de cambalacho, de negociações vergonhosas, de "tenebrosas transações". Governo virou sinônimo de gatunagem, de roubalheira sem fim, de corrupção acintosa. Cada acerto feito por esse governo com membros do Legislativo, da Constituinte, para a obtenção de apoio em troca de concessões, empregos ou vantagens, tem repercussões morais irreversíveis em nossa sociedade em geral e em nossa juventude, em particular.

Não bastasse a brutal perda de credibilidade, perante a opinião pública brasileira, do governo e de vastos setores de nossa classe política, a inédita "convocação" feita pelo presidente Sarney aos ministros chefes dos Tribunais Superiores, inclusive do Supremo, para uma "conversa", no momento em que determinada questão de interesse do Executivo estava sub judice (congelamento da URP para os funcionários públicos), lançou suspeição sobre toda a cúpula da Justiça brasileira — o que completa,

perante a opinião pública, o quadro de desmoralização geral dos poderes e instituições do Estado, do qual não escapam as Forças Armadas, na medida em que alguns dos seus chefes, sem conseguir controlar a irrefreável ambição de permanecer um ano a mais no poder, desferem ameaças absurdas, insinuações de "intervenção" militar, caso a Constituinte não se submeta aos cinco anos de mandato exigidos por Sarney e os seus.

Nobres senhores constituintes, o desânimo, a desconfiança, o desalento, a desesperança, a depressão moral, a letargia ética da sociedade brasileira é forte demais para não ser levada em consideração por V. Ex's, neste momento de fixação do término do governo que aí está. Não se trata mais de criticar a pobre figura do arcaico político maranhense, investido pelos lances da desgraça histórica, ao qual só se pode cobrar o não cumprimento — por impossibilidade, decerto — da promessa de "ser maior do que ele mesmo". Trata-se de resgatar, antes de mais nada, o compromisso assumido da transição, a palavra empenhada de Tancredo e escrita de Sarney (em mensagem ao Congresso) fixando em QUATRO ANOS, sem qualquer ano a mais de lambuja, o mandato do presidente transitório, não eleito pelo voto direto e livre da população brasileira, da mesma forma que não o foram todos os generais-presidentes impostos pela tutela militar de mais de duas décadas.

Nobres senhores constituintes, ainda há tempo de V. Ex's reverterem esse quadro sombrio, desmoralizante para a cidadania nacional: o que exige nosso país transformado, pela primeira vez na História do Continente americano, em território de emigração. É possível ainda fazer com que os cidadãos brasileiros deixem de ter vergonha de ser brasileiros, que deixem de sentir-se habitantes de uma terra azarada e arrasada por ratazanas de toda a espécie. É possível ainda fazer nossa sociedade recuperar o respeito às instituições e reativar a crença em seus próprios valores, libertando-se do ceticismo agudo que a conduz ao esmorecimento crônico.

Mas nobres senhores constituintes, a única maneira de V. Ex's reverterem esse medonho quadro político, social, econômico e sobretudo moral, em que se acha encalcrado o Brasil, é decidindo pelos quatro anos para Sarney, nas Disposições Transitórias. Pois é preciso acelerar com urgência o recomeço, não perder mais tempo, semear já alguma esperança nesta cambalida, apática, aquebrada, destrambelhada sociedade brasileira. Isso só será possível desalojando quem por fatalidade trombou com o Poder, abreviando este angustiante compasso de espera e estimulando o Brasil à produção, ao empenho espontâneo pelo desenvolvimento, sob a tranquilidade e a segurança só transmissíveis por um governo escolhido e aceito, por essa mesma sociedade.

# Segundo turno vai depender da Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Vai depender da Constituinte a possibilidade de realização do segundo turno eleitoral nos municípios com mais de 200 mil eleitores na hipótese de, no primeiro turno, nenhum candidato alcançar maioria absoluta. Se, na votação de segundo turno, a Constituinte mantiver esse novo princípio na política brasileira, a regra valerá para as eleições de novembro, se não, o projeto das eleições municipais será alterado para retirar o segundo turno eleitoral.

Essa decisão foi tomada ontem, na reunião dos líderes partidários no Senado, segundo informou o relator do projeto das eleições municipais, senador José Fogaça (PMDB-RS). A solução foi dada para evitar que o PFL rejeitasse o segundo turno sob a alegação de que a atual Constituição não o prevê e que o texto da futura Constituição ainda depende da votação em segundo turno, que pode retirar o dispositivo do texto final.

Os senadores pretendem votar o projeto na quarta-feira, para que no dia seguinte a matéria seja revista pela Câmara dos Deputados, seguindo o mais rápido possível para a sanção presidencial. Para preparar o projeto, os líderes voltam a se reunir na terça-feira.

### Programa gratuito

Além do segundo turno, alguns outros pontos foram "fechados" ontem, como a decisão do relator José Fogaça de não permitir acesso ao programa eleitoral gratuito aos partidos que não têm representantes no Congresso Nacional. Terão acesso aos programas, divididos em três blocos diários, os partidos com representação no Congresso, em termos proporcionais, os representados nas Assembleias Legislativas, também proporcionalmente, e os partidos que concorrerão às eleições municipais.

José Fogaça introduziu uma novidade no projeto das eleições, fi-

xando o prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos até 10 de julho, mesmo dia que limita as filiações partidárias (cinco dias antes do início das convenções partidárias).

O relator está estudando uma nova solução para um dispositivo da proibição de qualquer demissão no poder público nos três níveis (federal, estadual e municipal). E optará entre eliminar esse dispositivo, restringi-lo apenas ao nível municipal ou torná-lo aplicável apenas a partir da data de publicação e vigência da lei.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) considerou "antipática" (termo usado por Fogaça) a forma como o projeto vai facilitar a criação de partidos pela via parlamentar — isso porque o projeto prevê que para a criação de um partido basta que entre seus fundadores estejam parlamentares representantes de pelo menos cinco estados, o que pode permitir (e o relator acha absurdo) a criação de uma agremiação com apenas cinco parlamentares. Fogaça adiantou que, como essa solução foi acertada com muita dificuldade na Câmara, não pretende mudá-la.

### Novos Municípios

Um problema para o relator resolver e para o qual ele ainda não tem solução é a questão da participação dos novos municípios nas eleições de 15 de novembro. Pelo projeto votado na semana passada na Câmara, caberá às legislações estaduais definir essa data, segundo uma emenda do deputado César Maia (PDT-RJ), que pretende, com ela, impedir a realização de eleições municipais se o município da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, vier a ser emancipado.

A dificuldade maior de José Fogaça é que em algumas legislações estaduais o prazo para que novos municípios possam fazer eleições vai até a dois meses antes do pleito, o que complicaria a realização de convenções e o cumprimento de prazos eleitorais. Ele considera um casuismo a emenda aprovada na Câmara.

## Gueiros ignora lei e contrata

BELÉM  
AGÊNCIA ESTADO

O governo do Pará decidiu ignorar a lei — aprovada na semana passada pela Câmara Federal e em tramitação no Senado — que não apenas proíbe contratações e demissões, a partir de agora até as eleições municipais de novembro e a posse dos novos prefeitos, como faz retroceder a medida a fevereiro.

O governador Hélio Gueiros considera a lei inconstitucional e, além disso, "absurda". Argumenta que sua administração precisa efetuar certas admissões, sem as quais prejudicará o serviço público. Se elas pudessem influir sobre a campanha eleitoral, "seria o caso de haver denúncia". No Diário Oficial de ontem foram publicadas mais de 120 admissões de funcionários "temporários".